
RELATÓRIO DA REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA
RAE 01/2016

Data: 15 de abril de 2016

Horário: das 14h40min às 16h25min

Local: Salão Nobre da Presidência

Presenças – Comitê de Gestão Estratégica:

Desa. Beatriz Renck – Presidente

Des. João Pedro Silvestrin – Vice-Presidente

Desa. Maria da Graça Ribeiro Centeno – Corregedora-Regional

Juíza Andréa Saint Pastous Nocchi – Juíza Auxiliar da Presidência

Juiz Cloceimar Lemes Silva – Juiz Auxiliar da Corregedoria

Kátia Viegas – Secretária-Geral da Presidência

Bárbara Burgardt Casaletti – Diretora-Geral

Onélio Luis Soares Santos – Secretário-Geral Judiciário

Gabriel Pereira Borges Fortes Neto – Diretor da Secretaria de Comunicação Social

Sandro Schiavon – Diretor da Secretaria de Administração (interino)

Natacha Moraes de Oliveira – Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações

Paulo Ricardo Barreto Ferreira – Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas

Carolina da Silva Ferreira – Assessora-Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais.

Registros:

Romy Bruxel – Assistente da Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais.

Pauta:

Revisão do Plano Estratégico 2015-2020:

- Por que revisar?
- O que mudou?
- Indicadores acrescentados
- Metas alteradas
- Portfólio para 2016
- Próximos Passos

Abertura:

A reunião foi presidida pela Des.ª. Beatriz Renck, que saudou a todos, e referiu-se novamente ao momento difícil pelo qual o TRT4 está passando devido ao corte orçamentário e que a RAE seria o momento de avaliar o que será possível fazer em 2016 em termos de gestão estratégica. Na sequência, a Presidente passou a condução dos trabalhos para a Assessora-chefe da Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais (AGE).

Carolina saudou os presentes e iniciou sua apresentação mostrando um mapa, no qual estava traçada uma rota entre dois pontos para uma analogia com a estratégia, em que se decide como chegar da melhor forma de “A” até “B”. Mencionou (exibindo as correspondentes imagens) que esse caminho pode ser por uma estrada pavimentada, sinalizada e segura, ou por uma trilha de terra, estreita e sem sinalização. Retomou a fala da Presidente, de que o momento é difícil, mas que mesmo assim é possível viabilizar muitas ações.

Relatos e Deliberações (conforme itens da pauta):

1) Por que revisar?

Na versão original do Plano Estratégico vários dos indicadores adotados pela Justiça do Trabalho e informados periodicamente ao CSJT e CNJ haviam sido deixados de fora, por ter-se entendido, na época, que era suficiente constar no Plano Estratégico (PE) dos Conselhos. Com o tempo, contudo, notou-se que há mais preocupação, por parte de magistrados, servidores e

Administração, com os indicadores das instâncias superiores. Assim, decidiu-se incluir no PE do TRT4 todos os indicadores que estejam ou no PE do Poder Judiciário (CNJ) ou no da Justiça do Trabalho (CSJT). Desta forma, aumenta-se o alinhamento com os Planos Estratégicos das instâncias superiores e facilita-se a disseminação das metas no desdobramento da estratégia.

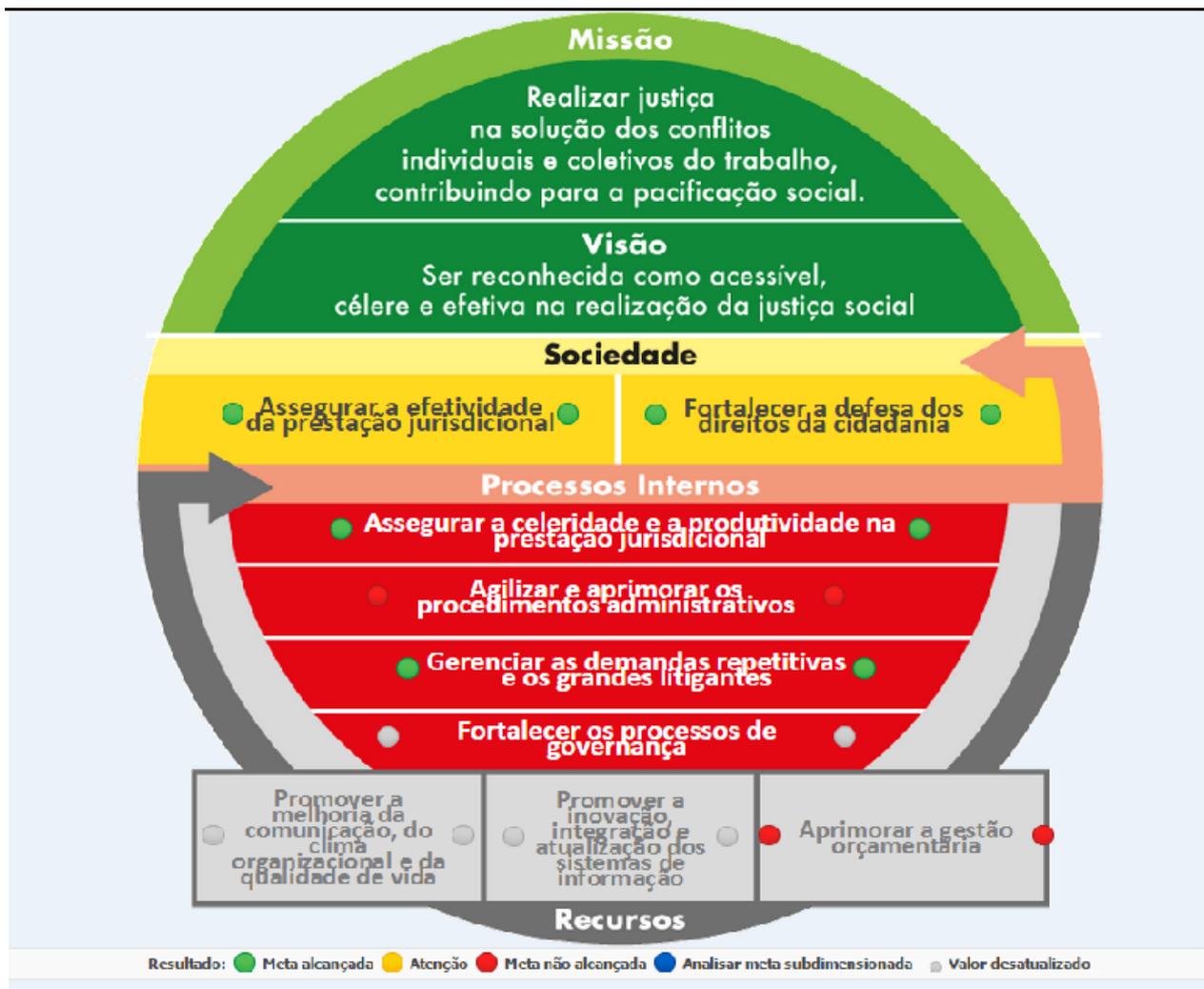
Outra justificativa para a revisão do PE é contemplar as prioridades da Administração deste biênio. Estabelecer as prioridades é ainda mais importante em um cenário de restrição orçamentária.

A revisão é também uma oportunidade de avaliar se as metas estão bem dimensionadas. Várias metas tiveram seus valores alterados para baixo, ou seja, para níveis mais fáceis de atingir.

Por fim, na revisão é verificado se as iniciativas elencadas ainda são relevantes para a instituição. O ambiente é dinâmico, e algo que é importante em um momento pode deixar de sê-lo um pouco mais tarde. Assim, evita-se gastar tempo, energia e recursos materiais desnecessariamente.

2) O que mudou?

Carolina mostrou slide com o mapa estratégico, e a situação de dezembro de 2015. Comentou que o cenário era bom, com a maioria dos objetivos estratégicos atingidos (os que têm círculo verde junto ao texto, na figura adiante). Esclareceu que nas revisões de Plano Estratégico mantêm-se inalterados a Missão, a Visão, os Valores e, normalmente, os objetivos estratégicos. O foco da mudança são os indicadores, as metas e as iniciativas.



3) Indicadores acrescentados

Na revisão de 2016 foram acrescentados onze indicadores, sendo que sete **já integram o Plano Estratégico do CNJ ou do CSJT** e quatro são exclusivos do TRT4.

- O primeiro grupo de indicadores acrescentados são:
- Índice de Processos Antigos – 1º e 2º graus;
- Índice de Conciliação;
- Índice de Ações Coletivas Julgadas – 1º e 2º graus;
- Tempo médio de Duração do Processo – 2º grau e
- Índice de Alcance de Metas.

Na maioria desses indicadores o TRT4 já vinha obtendo bons resultados e esse foi um dos motivos que levou a instituição a deixá-los de fora do seu Plano Estratégico. No entanto, a

obrigatoriedade de seu acompanhamento e a busca de um maior alinhamento levaram a instituição a propor sua inclusão no PE institucional.

Os **indicadores exclusivos do TRT4** acrescentados são:

- Processos arquivados sem dívida;
- Nº de postagens nas redes sociais sobre decisões, direitos dos trabalhadores e funcionamento da JT;
- Nº de inserções na imprensa sobre decisões, direitos dos trabalhadores e funcionamento da JT e
- % de variáveis da área administrativa utilizados no relatório Justiça em Números validadas.

Juíza Andréa informou que, juntamente com o juiz auxiliar da Corregedoria, já havia feito reunião com a AGE antes da RAE e que havia acompanhado a proposta de inclusão desses indicadores e do maior alinhamento com os indicadores dos Conselhos.

Os dois indicadores referentes às postagens nas redes sociais e inserções na imprensa de informações à população vieram em substituição ao acompanhamento dos eventos voltados para o fortalecimento da cidadania, indicador vigente até 2015. Gabriel justificou que as iniciativas em andamento, que incluem postagens nas redes sociais e inserções na imprensa, têm um alcance muito maior do que tinham os eventos. A Presidente se mostrou empolgada com a novidade, informando que o primeiro post, referente ao esclarecimento do termo “reclamatória”, já havia tido 20 mil visualizações. Quanto às inserções na imprensa, Des. Silvestrin sugeriu que não ocorressem apenas na Zero Hora e no Correio do Povo, mas também no Diário Gaúcho e em jornais do interior, que costumam abrir bastante espaço para os assuntos da Justiça do Trabalho. Além disso, referiu que a inserção, no Diário Gaúcho, dos *posts* da Campanha “Simplificando a Justiça” seria uma iniciativa interessante, dado seu formato visual, similar ao daquela publicação.

Desa. Beatriz comentou também sobre o destaque obtido na mídia em razão do projeto “Igualdade de Gênero”, que ensejou, inclusive, uma ida (futura) da Juíza Andréa a Brasília para assinatura de termo de adesão a Programa Nacional. Salientou que a interação com a sociedade é importantíssima e que iniciativas desse tipo devem ser valorizadas.

Em relação ao indicador que trata das variáveis da área administrativa, Carolina informou que a SEGESP precisará mapear e validar as variáveis da sua área para o sistema

SIGEP (sistema integrado de gestão de pessoas), a ser implantado em toda a Justiça do Trabalho, até o final do ano. A iniciativa incluída vai ao encontro dessa necessidade.

Todas as sugestões de alteração de indicadores foram aceitas pelo Comitê de Gestão Estratégica.

4) Metas alteradas

A cada indicador corresponde uma meta. Foram alteradas ou acrescentadas 8 metas da área judiciária, todas já monitoradas pelo CNJ ou pelo CSJT, e 3 da área administrativa, exclusivas do TRT4. As **metas da área judiciária** tiveram seus valores igualados às metas do CNJ e/ou do CSJT, conforme abaixo.

Indicador/ Meta	De	Para
Índice de Processos Julgados – 2ª Instância	101%	100%
Índice de Processos Antigos	-	90%
Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento	-	45,56%
Índice de execução	101%	100%
Índice de Ações Coletivas Julgadas	-	100%
Tempo Médio de Duração do Processo – 2ª Instância	-	200 dias (-2% em rel a 2015)
Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado	96%	70,76%
Índice de Alcance de Metas (IAM)	-	60 pontos

Como pode ser conferido no quadro acima, as alterações refletem uma redução da expectativa, ou seja, as metas se tornaram mais fáceis de ser atingidas. Anteriormente, algumas delas haviam sido fixadas em patamares superiores aos exigidos pelo Conselhos, gerando confusão, pois uma mesma meta poderia ter sido atingida pelo critério do CSJT e não ter sido atingida pelo critério do TRT4. Essa discrepância foi eliminada.

Foi questionado por vários dos presentes por que o índice de execução do orçamento disponibilizado teve a meta reduzida, tendo em vista que, com a restrição orçamentária, o orçamento disponibilizado será insuficiente para fazer frente às necessidades da instituição. Foi explicado que, em primeiro lugar, o percentual estabelecido como meta para 2016 foi definido

pelo CSJT como sendo 1% a mais do que o executado no ano anterior. Em 2015, o índice de execução no TRT4 foi de 69,76%, daí a meta para 2016 ser 70,76%. Além disso, segundo o que explicou Sandro, grande parte do orçamento é disponibilizado no final do ano, dificultando a execução no mesmo ano. Como o indicador considera o valor liquidado e não o empenhado, o percentual de execução fica relativamente baixo.

Em relação ao índice de Alcance de Metas, Carolina explicou que trata-se de uma “meta das metas”, ou seja, representa o percentual de metas atingidas. Para o cálculo, cada meta recebe um peso de 1 a 3. Os pesos foram estabelecidos pelo CSJT e o cálculo é feito automaticamente pelo SIGEST (sistema de acompanhamento dos planos estratégicos do CSJT e TRT4). Onélio perguntou qual o peso de cada meta e sugeriu que os pesos fossem divulgados, de forma a melhor orientar as prioridades das áreas. O quadro com os pesos das metas é reproduzido ao final do relatório. As novas metas da área administrativa estão apresentadas no quadro abaixo.

Meta

Validar, até novembro de 2016, 100% das variáveis da área administrativa utilizadas no Justiça em Números

Fazer 20 postagens mensais sobre decisões, direitos dos trabalhadores e funcionamento da Justiça do Trabalho nas redes sociais

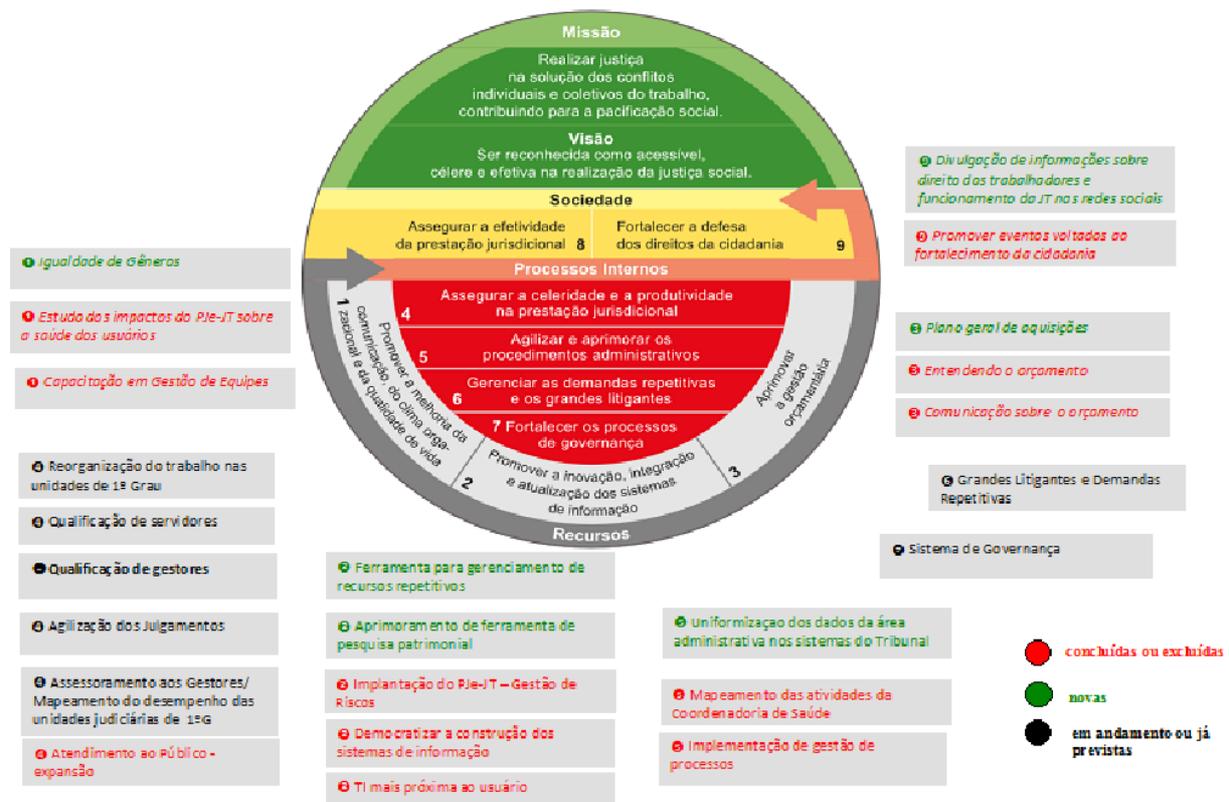
Obter 20 inserções mensais sobre decisões, direitos dos trabalhadores e funcionamento da Justiça do Trabalho na imprensa

Acerca da primeira meta citada no quadro acima, Carolina esclareceu que os dados da área administrativa aparecem com valores diferentes, se consultados sistemas diferentes, bem como que não há documentação sobre as regras para obtenção de informações e definição de critérios. É necessário uniformizar as informações, deixando os dados corretos e validados em todos os sistemas. Tendo em vista que a quantidade de variáveis da área administrativa é grande, optou-se em iniciar o trabalho de validação pelas variáveis que aparecem no Relatório Justiça em Números (Resolução CNJ nº 76/2009 e Anexos para a Justiça do Trabalho), no qual constam 76 variáveis da área administrativa.

Todas as propostas de alteração relativas às metas foram acatadas pelo Comitê.

5) Portfólio para 2016

Carolina apresentou o Mapa Estratégico contendo todas as iniciativas: as concluídas, excluídas, as novas e as que estão em andamento. Devido à difícil visualização das informações, foi distribuído aos presentes cópia do slide. As iniciativas foram debatidas uma a uma.



Carolina esclareceu que uma das diretrizes seguidas para as propostas de cancelamento de iniciativas foi o fato de o assunto já estar sendo tratado em algum comitê ou comissão, evitando-se retrabalho ou encaminhamento de proposições diferentes sobre o mesmo tema, na Instituição. Isso posto, repassou todos os objetivos estratégicos para explicar as propostas de inclusão ou exclusão de iniciativas.

- Iniciativas vinculadas ao objetivo 1 (Promover a melhoria da comunicação, do clima organizacional e da qualidade de vida):

Estudo dos impactos do Pje-JT sobre a saúde dos usuários: sugestão de excluir do Plano Estratégico, pois o assunto “saúde” é tratado em uma comissão (Comissão de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, criada em atendimento à Resolução CSJT nº 84/2011) e um comitê (Comitê Gestor Local de Atenção Integral à Saúde, instituído em atendimento à Resolução CNJ nº 207/2015). Desa. Beatriz concordou que o assunto seja tratado pelo Comitê de Saúde, pois nele existem juízes, desembargadores e representante da AMATRA. Juíza Andréa comentou que todas as áreas deveriam se preocupar com as questões que envolvem saúde. Concorda que não precisa estar no Plano Estratégico, mas demonstrou preocupação em deixar a iniciativa sob a responsabilidade do Comitê, pois normalmente eles não desenvolvem ações concretas. Defendeu que a Administração promova ações concretas e não espere que o Comitê o faça. Houve concordância do Comitê com a proposta de **excluir o projeto do PE**.

Capacitação em Gestão de equipes: iniciativa voltada aos gestores de 2º Grau para diminuir a disparidade entre os gabinetes. Carolina explicou que os gestores têm carga horária mínima obrigatória a cumprir em cursos relativos a gestão e que os recursos orçamentários disponíveis são suficientes apenas para suprir a demanda obrigatória, não sendo possível oferecer, em 2016, capacitação para o público específico de chefes de gabinete. Em 2016 a iniciativa ficará **suspensa** e em 2017 será reavaliada. Comitê concordou com a proposta.

Igualdade de Gêneros: ação **nova**, que está tendo o envolvimento da juíza auxiliar da Presidência e de servidora da SETIC. Já existem atividades em andamento e a AGE está cuidando da organização das informações. A iniciativa está vinculada ao Programa Pró-igualdade de Gênero e Raça, promovido pelo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

- Iniciativas vinculadas ao objetivo 2 (Promover a Inovação, integração e atualização dos sistemas de informação).

Implantação do PJe-JT – Gestão de riscos: projeto **concluído** em outubro de 2015.

Democratizar a construção dos sistemas de informação: ação setorial **concluída** em 2015. Com ela, servidores e magistrados podem enviar sugestões de melhoria aos gestores dos sistemas, designados pela Portaria 6915/12.

Ferramenta para gerenciamento de recursos repetitivos: iniciativa **nova**, que tem como objetivo gerenciar os recursos repetitivos, por meio da utilização de ferramenta que identifique os assuntos tratados nas decisões (sentenças e acórdãos), informando a forma como cada assunto foi decidido.

Aprimoramento de ferramenta de pesquisa patrimonial: iniciativa **nova**, trata-se de ferramenta de pesquisa patrimonial que viria a aprimorar a já existente e em uso pelo JACEP/Seção de Execução e Pesquisa Patrimonial desde junho de 2015. A ferramenta poderá ser utilizada por todas as unidades judiciárias. Natacha complementou, dizendo que a ferramenta se relaciona com a solicitação de projeto recebida pela SETIC para gestão dos excedentes de penhora.

As duas iniciativas novas constam também do Plano Estratégico da SETIC e serão desenvolvidas conforme metodologia de projetos daquela Secretaria.

As propostas foram acatadas pelo Comitê.

- Iniciativas vinculadas ao objetivo 3 (Aprimorar a gestão orçamentária).

Comunicação sobre o orçamento: ação setorial que ainda não havia sido iniciada. Tendo em vista que atualmente está em andamento campanha para redução de custos e estão sendo veiculadas inúmeras notícias e informações sobre o orçamento motivados pelo corte orçamentário, acordou-se que não há necessidade de fazer constar, no PE, ação específica sobre o assunto. Desta forma, a ação setorial foi **cancelada**, com a concordância do Comitê. Mantém-se a campanha sobre economia de recursos que está em andamento.

Entendendo o orçamento: em 2015 foi capacitado grupo de desembargadores acerca do orçamento, por meio de palestra do então diretor-geral Luiz Fernando Celestino. Em agosto, a mesma capacitação foi oferecida a juízes, mas o evento foi cancelado por falta de interessados. Em decorrência disso, Carolina sugeriu que o projeto, nos moldes em que ocorreu em 2015, fosse **suspenso ou cancelado**. Bárbara complementou, dizendo que nunca se entendeu tanto de orçamento quanto agora, e que a iniciativa não seria mais necessária.

Reforçou também que no ano passado houve poucos interessados nessa capacitação. Desa. Beatriz discordou, alegando que neste momento talvez houvesse adesão maior, porque o assunto orçamento está despertando muito interesse. Sugeriu que fosse oferecido novamente aos juízes de 1º grau e que fosse ministrado por pessoal interno, como Bárbara ou Sandro, gerando pouco custo. Juíza Andréa também defendeu que a capacitação não fosse descontinuada. Sugeriu que seja ministrado por EaD, pela Escola Judicial.

Foi esclarecido que o indicador vinculado ao objetivo é o índice de execução do orçamento disponibilizado, e que as duas iniciativas (Comunicação sobre o orçamento e Entendendo o orçamento) não contribuem diretamente para atingir esse objetivo. Juíza Andréa disse que entende que, quando um gestor de unidade utiliza menos material e faz economia, está contribuindo para a gestão do orçamento. Sandro contrapôs, dizendo que os gestores podem contribuir para utilizar melhor os recursos, mas isso não tem efeito sobre a gestão do orçamento em si. Kátia complementou, explicando que quem faz a gestão orçamentária é a área administrativa específica, e não o usuário final dos recursos. Natasha acrescentou que o que deveria ser feito é que as áreas se ocupassem do orçamento nos momentos adequados, durante o processo orçamentário. Desa. Beatriz concluiu, dizendo que é importante que as pessoas entendam mais sobre o orçamento, independentemente de estar ou não no PE. Carolina esclareceu que a proposta apresentada pela AGE era de que a capacitação deixasse de ser projeto estratégico, mas que poderia ser oferecida de forma regular pela SEGESP ou pela Escola Judicial. Ao final, o Comitê decidiu que a iniciativa deixaria de constar no PE, mas que, dada a relevância do assunto, seria solicitado à Escola Judicial¹ que viabilize a capacitação, seja de forma presencial, seja por meio de EaD.

Plano Geral de Aquisições: iniciativa **nova**, na qual as áreas administrativas repassam seus planos de ação para a Diretoria-Geral, que consolida tudo em um plano geral de aquisições. Desta forma, quando houver liberação de recursos, a execução orçamentária será agilizada. Desa. Beatriz comentou que é a iniciativa é muito importante e preponderante para o objetivo estratégico em questão.

¹ Após o encerramento da RAE, Sandro sugeriu que fosse aberto espaço no Encontro Institucional da Magistratura para tratar do assunto “Orçamento”.

- Iniciativas vinculadas ao objetivo 4 (Assegurar a celeridade e a produtividade na prestação jurisdicional)

Atendimento ao Público – expansão: projeto vinculado à implantação do Pje-JT, tratou de fazer adequações de *layout* nas unidades judiciárias e da capacitação de servidores em atendimento, com foco em prestar suporte aos jurisdicionados com dificuldades com o uso do PJe. Foi **concluído** enquanto projeto estratégico. Iria prosseguir com as adequações de infraestrutura, de acordo com o Plano de Obras do TRT4. Todavia, as restrições orçamentárias suspenderam o prosseguimento dessas mudanças. Desa. Beatriz disse que o projeto não se justifica mais e que na época em que era Corregedora já achava desnecessárias as mudanças de estrutura que estavam sendo feitas nos foros do interior. Juíza Andréa complementou, dizendo que, caso as obras sejam retomadas no futuro, deveriam ser repensadas, uma vez que as necessidades decorrentes da implantação do Pje, como atendimento para jurisdicionados em dificuldades, bem como as consequência da implantação do sistema demandam que as estruturas sejam repensadas de forma geral. Natasha acrescentou que nunca havia ficado claro para as CCDFs que elas tinham a função de apoio que lhes fora atribuída e que, em geral, as demandas desses jurisdicionados acabam sendo transferidas para a Central de Atendimento ao Público (CAP), em Porto Alegre. Comitê concordou com a proposta de descontinuar o projeto.

Reorganização do trabalho nas unidades de 1º grau: projeto **em andamento**, irá prosseguir em 2016.

Qualificação de servidores: havia sido suspenso em 2015 devido à greve e novamente em março de 2016 em virtude da restrição das verbas destinadas à capacitação no mês programado para a execução da Turma Piloto do Projeto. Carolina informou que foi feito contato com todos os instrutores, Diretores de Secretaria, que concordaram em ministrar as aulas mesmo sem receber pela instrutoria. Desa. Beatriz perguntou quem eram os diretores. Carolina informou que são Luiz Eduardo de Freitas, da 16ª VT, Gabriel Pacheco dos Santos, da 15ª VT, Simone Viana, da 21ª VT e Gonçalo Laurent Moretto, da 6ª VT. Também têm participação a própria Carolina e Jeferson Andrade, da Corregedoria. Assim, o projeto prosseguirá, com a realização de turma piloto apenas com servidores de Porto Alegre, de forma a avaliar a efetividade da capacitação, sem custo de deslocamentos e diárias. Comitê aceitou a proposta.

Qualificação de gestores: iniciou em 2015, com a capacitação de três turmas de diretores de secretaria e assistentes. Executado pela Escola Judicial, depende de suplementação orçamentária para prosseguir em 2016. Caso ocorra a suplementação, o curso acontecerá no segundo semestre de 2016. Houve concordância do Comitê com o encaminhamento sugerido.

Agilização dos Julgamentos: está **em andamento** e irá prosseguir, porém com algumas alterações que serão planejadas com a Corregedoria.

Assessoramento aos gestores: projeto que já constava no PE, porém ainda não foi iniciado. Prevê, como passo inicial, o desenvolvimento de ferramenta para o mapeamento do desempenho das unidades judiciárias de 1º Grau, com dados gerados por meio do BI. Essa ferramenta consta do Plano Estratégico da SETIC, da mesma forma que as novas iniciativas que constam do objetivo 2 (Promover a Inovação, integração e atualização dos sistemas de informação).

- Iniciativas vinculadas ao objetivo 5 (Agilizar e aprimorar os procedimentos administrativos).

Implementação de gestão de processos: ação que tratava do mapeamento de processos de quatro áreas: Corregedoria, SEMPRO, SA e SEGESP. Propôs-se **cancelar**, o que foi aprovado pelo Comitê, pois os resultados estavam se mostrando insatisfatórios.

Uniformização dos dados da área administrativa nos sistemas do Tribunal: iniciativa **nova**, que tratará de validar os dados da área administrativa, a iniciar por aqueles que constam no relatório Justiça em Números. Ao final, será possível que o BI busque os dados e gere relatórios com informações confiáveis. Comitê concordou com a proposta.

Mapeamento das atividades da Coordenadoria de Saúde: ação setorial que estava suspensa desde 2015, era uma pendência do antigo projeto estratégico Promoção da Saúde Ocupacional. Proposto o **cancelamento** e aceito pelo Comitê, pois pode ser executada sob a coordenação da Diretoria-Geral, se for o caso, sem integrar o Plano Estratégico.

- Iniciativa vinculada ao objetivo 6 (Gerenciar as demandas repetitivas e os grandes litigantes).

Grandes Litigantes e demandas repetitivas: projeto **em andamento**, irá prosseguir em 2016. Poderá ser aprofundado quando ficar disponível a ferramenta para gerenciamento de demandas repetitivas.

- Iniciativa vinculada ao objetivo 7 (Fortalecer os processos de governança).

Sistema de Governança: trata de coletar e organizar as informações que servem de subsídio para responder às questões que embasam o indicador “iGOV”, do TCU, estabelecendo metodologia única para o Regional. Estava **em andamento** como ação setorial, sob a responsabilidade da SA. A proposta é que passe a ser um projeto estratégico sob a responsabilidade da Presidência. Desa. Beatriz concordou que a Presidência centralize a coleta de informações. Kátia sugeriu que a AGE ajude, especialmente para identificar as áreas que detêm as informações.

- Iniciativas vinculadas ao objetivo 9 (Fortalecer a defesa dos direitos da cidadania).

Promover eventos voltados ao fortalecimento da cidadania: ação setorial que aconteceu em 2015 e foi **substituída** pela divulgação de informações, nas redes sociais, sobre direitos dos trabalhadores e funcionamento da JT. Avaliou-se que o alcance dos eventos é muito restrito, abrangendo somente o público que se fez presente. A divulgação de informações, por outro lado, chega a um número muito maior de pessoas. Embora eventos continuarão acontecendo, a ação não mais integrará o PE.

Divulgação de informações sobre direitos dos trabalhadores e funcionamento da JT nas redes sociais: ação **nova**, por meio da qual serão repassadas informações acerca de decisões, funcionamento da Justiça do Trabalho e explicação de termos jurídicos, nas redes sociais e na imprensa.

Ambas as propostas foram aceitas pelo Comitê.

A lista de projetos para 2016 ficou a seguinte:

Iniciativas em andamento:

- Reorganização do Trabalho nas unidades judiciárias de 1º Grau

- Qualificação de servidores
- Agilização dos Julgamentos
- Grandes litigantes e demandas repetitivas
- Qualificação de gestores (Itinerário de Diretores)
- Assessoramento aos Gestores
- Sistema de Governança

Iniciativas Novas:

- Aprimoramento de ferramenta de pesquisa patrimonial
- Ferramenta para gerenciamento de recursos repetitivos
- Divulgação de informações sobre direitos dos trabalhadores e funcionamento da JT nas redes sociais
- Igualdade de Gêneros
- Plano geral de aquisições
- Uniformização dos dados da área administrativa nos sistemas do Tribunal.

6 Próximos passos

Carolina encaminhou a reunião para o encerramento apresentando os próximos passos em relação do Plano Estratégico:

O que	Quem	Data limite
Elaboração da versão revisada do Plano Estratégico	AGE	29/04
Aprovação da versão revisada do Plano Estratégico	Presidente	06/05
Definição dos gerentes e equipes	Áreas responsáveis	13/05
Elaboração do cronograma de reuniões	AGE e gerentes	24/05
Início das reuniões (quinzenais) de planejamento	AGE e equipes	25/05
Início das reuniões (mensais) de monitoramento	AGE e equipes	25/05

A Presidente informou que haverá sessão do Tribunal Pleno no dia 20 de maio, e que o PE poderia ser submetido naquela ocasião. Natacha perguntou se poderia colocar o PE da área de TI na mesma data e não houve objeção.

A Presidente agradeceu a presença dos membros do Comitê e encerrou a Reunião.

Pesos das Metas que compõem o Índice de Alcance de Metas

Metas com peso 1 atribuído	Metas com peso 2 atribuído	Metas com peso 3 atribuído
Meta 1 (IGovPessoas)	Meta 7 (Índice de Processos Antigos - IPA)	Meta 4 (Tempo Médio de Duração dos Processos do 2º Grau - TMDP2)
Meta 2 (Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado - IEOD)	Meta 8 (Índice de Ações Coletivas Julgadas - IACJ)	Meta 5 (Tempo Médio de Duração dos Processos do 1º Grau - TMDP1)
Meta 3 (iGovTI)	Meta 9 (Índice de Conciliação - ICONc)	Meta 6 (Índice de Processos Julgados - IPJ)
Meta 12 (iGov)	Meta 10 (Índice de Redução do Acervo - IRA)	Meta 11 (Índice de Execução - IE)